

# Relatório de Gestão do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, Exercício de 2013

1.1	Introdução . . . . .	1
1.2	Apoio a projetos da Câmara Municipal do Porto . . . . .	1
1.3	Apoio a projetos da Área Metropolitana do Porto . . . . .	2
1.4	Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto . . . . .	2
1.5	Litígio com o Grupo DST e a PDONT . . . . .	2
1.6	Projeto Porto Digital . . . . .	4

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos estatutos, vem o Conselho de Administração apresentar a V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2013, e o que se perspectiva para o ano de 2014.

## 1.1 Introdução

A Associação Porto Digital, no exercício de 2013, concentrou-se:

- No apoio à Câmara Municipal do Porto (CMP) ao nível de alguns serviços (nomeadamente à Direcção Municipal de Sistemas de Informação, ao Departamento Municipal de Educação e Juventude, e ao Departamento Municipal de Turismo);
- No apoio à Área Metropolitana do Porto no âmbito do portal dos eventos da AMP e da sua expansão para dar suporte a projetos na área do Turismo; no desenvolvimento de um projeto de capacitação dos departamentos de turismo dos diferentes municípios da AMP, na recolha de informação turística ao nível da AMP, e no desenvolvimento do projeto do Roteiro dos Espaços Educativos da AMP e do projeto dos Sítios metropolitanos da AMP;
- Na coordenação do projeto de criação do portal oficial de turismo da cidade do Porto e atividades associadas;
- No desenvolvimento da rede de telecomunicações da APD, nomeadamente expandindo a rede de telecomunicações para outros municípios e activando a ligação a Matosinhos e à Maia.

## 1.2 Apoio a projetos da Câmara Municipal do Porto

Em 2013 a Associação Porto Digital suportou alguns projetos da Direcção Municipal de Sistemas de Informação da CMP nomeadamente através da alocação de recursos humanos ao suporte directo ao data center incluindo à componente de virtualização, e na consultoria em projetos de sistemas de informação incluindo projetos no âmbito da simplificação de processos administrativos, e apoio na área da multimédia.

Apoiou igualmente a CMP na criação de duas candidaturas ao SAMA, uma em 15 de Fevereiro 2013 no valor de 802 623.42 €, e a outra em 28 de Junho 2013 no valor de 488 617.40 €, ambas as candidaturas foram aprovadas e são co-financiadas a 85%.

Com o objetivo de reposicionar, estrategicamente, o destino Porto (e Norte de Portugal) a Câmara Municipal do Porto convidou a Associação Porto Digital para liderar a coordenar uma equipa de projeto, constituída por colaboradores do Departamento Municipal de Turismo e Direcção Municipal de Sistemas de Informação, com a missão de contribuir para a definição estratégica da promoção do destino Porto, implementar uma Base de Dados de Recursos Turísticos (Pontos de Interesse) e o novo Portal de Turismo do Município do Porto. O novo Portal de Turismo visa contribuir para organização da oferta turística, apoiar o processo de decisão e o planeamento de: viagem (Visitar), residir (Viver até um ano no Município do Porto), a captação de investimento directo e eventos de negócios (MICE - Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions) e promover iniciativas de I&D (Negócios e I&D). A Associação para além da liderança da iniciativa

proporcionou, ainda, a disponibilização de equipamento informático e as instalações de trabalho às equipas do projeto.

f.c.c.s  
Ruy  
jm

### 1.3 Apoio a projetos da Área Metropolitana do Porto

Durante o ano de 2013 prosseguiu-se com o desenvolvimento que já vinha de 2007 da plataforma de recolha de conteúdos para a revista iPorto (cerca de 90 utilizadores distribuídos pelos 16 municípios da Área Metropolitana do Porto, e o desenvolvimento do portal de eventos culturais, turísticos, desportivos e educativos da área metropolitana do Porto. Este portal (inaugurado a 20 de Abril de 2009) continua a ser activamente desenvolvido nomeadamente no que diz respeito à extensão a outras áreas de intervenção para além da cultura (turismo, educação, desporto e lazer), e tornou-se crítico uma vez que em finais de 2013 a revista iPorto deixou de ser distribuída em forma impressa.

A Associação Porto Digital esteve igualmente a desenvolver a componente de educação e a componente de ambiente do site da Área Metropolitana do Porto, os resultados preliminares encontram-se online em <http://edu.amp.pt> e <http://sitios.amp.pt>.

No que diz respeito ao turismo a APD em colaboração com o IPDT esteve a desenvolver o sistema de informação de suporte aos municípios da AMP, neste momento esse sistema de informação já inclui informação sobre 4627 pontos de interesse da Área Metropolitana do Porto.

### 1.4 Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto

O projeto de criação da Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA, (PDONT) não teve os resultados esperados devido ao comportamento assumido pelo parceiro privado, Grupo DST, seleccionado por ajuste directo com convite a 5 entidades, para ficar com 49% da sociedade e com o controlo de gestão durante os primeiros 12 anos do projeto. O projeto teve início em 20 de Fevereiro de 2009 e já em Julho 2009 existiam fortes indícios de problemas estruturais com o desenvolvimento do projeto, no entanto durante todo o ano de 2009 e o início de 2010 a Associação Porto Digital foi colmatando as falhas identificadas tentando proteger o andamento do projeto. Tendo a parceria com o Grupo DST falhado e as duas negociações efectuadas ao longo do ano de 2010 com o Grupo DST igualmente falhado por intransigência do Grupo DST, a APD iniciou em Outubro 2010 o processo de rescisão do contrato de delegação de tarefas para a expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. A rescisão do contrato produziu efeitos em Fevereiro 2011, tendo o Grupo DST colocado em Março 2011 uma providência cautelar junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para tentar evitar que essa rescisão pudesse produzir efeitos. Em Outubro 2011 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto recusou a providência cautelar colocada pela DST, pelo que do ponto de vista substantivo pelo menos desde essa data é a APD quem possui a gestão efectiva da rede.

Com a rescisão do contrato a APD continuou a expansão da rede de telecomunicações. Note-se que com a transição para a Televisão Digital Terrestre (TDT) a população dos 15 bairros sociais do Porto que possuem serviço de televisão gratuita disponibilizado pela Associação Porto Digital passaram a ser provavelmente as únicas populações em Portugal que apesar de usufruírem de um serviço gratuito não necessitam de mudar de televisor ou adquirir um conversor para TDT dado que a conversão é efectuada pela Associação Porto Digital.

Os operadores de telecomunicações ONI, Optimus, ZON e NFSI utilizam a rede Porto Digital.

### 1.5 Litígio com o Grupo DST e a PDONT

Dado existirem diversas ações colocadas contra a APD quer pelo Grupo DST quer pela PDONT, interessa sumarizar a razão da sua existência e o estado actual das mesmas.

Em Outubro 2008 a APD deu início a um procedimento contratual de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP) com vista a criar, em parceria com uma entidade privada a seleccionar



por concurso, uma empresa denominada PDONT (Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA), ficando delegado na PDONT a responsabilidade pela manutenção e expansão da rede de telecomunicações existente. A PDONT foi criada em Fevereiro 2009, ficando a APD com 51% do capital e o Grupo DST com 49% do capital. As principais responsabilidades da APD eram disponibilizar o direito de uso da rede existente, apoiar a PDONT no contexto do relacionamento com entidades públicas, e colocar uma prestação acessória gratuita de 446 mil euros mal a Fase 1 estivesse concluída. As principais responsabilidades do Grupo DST eram colocar prestações acessórias gratuitas até 81 milhões de euros<sup>1</sup> e liderar a execução do projeto, ficando com o controlo de gestão nos primeiros 12 anos do projeto e tendo direito a 90% dos lucros.

Em Dezembro 2009 a PDONT afirmou que a Fase 1 estava concluída e solicitou que a APD colocasse a prestação acessória. A APD contestou que a Fase 1 estivesse concluída, efectuou um processo detalhado de fiscalização do estado da obra, e em consequência dessa auditoria em Abril 2010 aplicou à PDONT uma multa de 4,27 milhões de euros. A PDONT e a comissão executiva da PDONT, constituída exclusivamente por elementos indicados pelo Grupo DST, declinaram qualquer responsabilidade pelo estado do projeto e responsabilizaram a APD e a Câmara Municipal do Porto.

Em Outubro 2010 a APD iniciou o processo administrativo com vista à eventual resolução do contrato com a PDONT. Em Novembro e Dezembro 2010 ocorreu uma tentativa negocial que tinha como objetivo atingir um acordo em que se dividisse em partes iguais os prejuízos tidos por ambas as partes, considerando somente os custos reais que cada entidade tinha tido com o projeto. A negociação foi abortada pela APD quando o Grupo DST em Dezembro 2010 solicitou à APD um pagamento 3,6 milhões de euros para abandonar o projeto, montante esse que era de cerca do triplo do que a APD estimava tivessem sido os custos reais do Grupo DST com o projeto. Em Fevereiro 2011 a APD rescindiu o contrato com a PDONT e assumiu a gestão da totalidade da rede.

Em consequência deste litígio com o Grupo DST e com a PDONT, foram colocadas por estas entidades as seguintes ações:

1. Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objetivo evitar o pagamento pela PDONT da sanção contratual de 4.272.624, 96 €. O TAF do Porto em 18 de Abril 2012 informou a APD e a PDONT de que se lhe afigurava ser discutível a natureza jurídico-pública do contrato e do acto sancionatório impugnado, pedindo às partes que se pronunciassem. A APD em 30 de Abril 2012 apresentou as razões porque considerava que se tratava de um contrato na esfera pública e que portanto a APD considerava o tribunal competente;
2. Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 3 de Outubro 2011 o TAF do Porto deu uma sentença a favor da APD;
3. Ação colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 10 de Maio 2012 o TAF do Porto proferiu a sentença, o tribunal considerou-se incompetente em razão do território (Porto em vez de Braga), e remeteu o processo para o TAF de Braga. Em 5 de Julho 2012 o TAF de Braga deu uma sentença a favor da APD;
4. Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como

<sup>1</sup>A estimativa efectuada pela APD apontava para cerca de 8 milhões de euros de investimento do parceiro privado a colocar no formato de prestações acessórias gratuitas. Esse montante só se transformou em 81 milhões de euros devido às características da proposta apresentada pelo Grupo DST.

objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Esta ação encontra-se à espera dos resultados da ação colocada no Tribunal Arbitral;

5. Ação colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objetivo responsabilizar a APD pelo falhanço do projeto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos.

Em 14 de Outubro 2012 o Tribunal Arbitral decidiu sobre a questão da sua eventual incompetência e eventuais questões prejudiciais (questões levantadas pela APD). Decidiu que embora não considerasse que o acordo parassocial ao contrário do afirmado pela DST fosse o *contrato-chapéu* no entanto o acordo parassocial (o único que faz referência ao Tribunal Arbitral) tinha o papel de elo de ligação entre os diversos documentos contratuais, pelo que não tinha dúvidas sobre a competência do Tribunal Arbitral. Em 28 de Maio 2014 o Tribunal emitiu uma sentença em que não dava razão ao Grupo DST na maioria dos pontos levantados, ordenando no entanto que a APD pagasse a parte da rede construída pelo empreiteiro DST, parte essa que o Tribunal Arbitral avaliou em 3.093.674, 63 € (mais juros vencidos e vincendos). Na sequência dessa decisão o Grupo DST em Agosto 2014 penhorou diversos créditos da APD incluindo o saldo da sua conta bancária.

A APD em 30 de Junho 2014 colocou no Tribunal Judicial de Braga uma ação declarativa a pedir a anulação da decisão arbitral e seguidamente colocou no Tribunal Judicial do Porto uma oposição à penhora e à execução cumulada com incidente de prestação de caução, cf. artigos 27.º, 28.º e 31.º da Lei n.º 31/86 de 28 de Agosto, tendo como fundamento de tal anulação a incompetência do Tribunal Arbitral (ao abrigo do preceituado no artigo 27.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 31/86).

6. Ação colocada em 2011 pelo Grupo DST contra o director geral da APD por *ofensa a pessoa colectiva*, processo n.º 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo n.º 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto. Em 4 de Dezembro 2012 os Serviços do Ministério Público de Braga informaram que, após o Grupo DST ter sido notificado de que o Ministério Público não considerava que existissem indícios suficientes da prática do crime de ofensa a organismo serviço ou pessoa colectiva, o Grupo DST tinha desistido de prosseguir com o processo crime contra o director geral da APD, pelo que o processo ia ser arquivado.

## 1.6 Projeto Porto Digital

As demonstrações financeiras da Associação em 2012 reflectiam um crédito a seu favor sobre a sua Associada, a Câmara Municipal do Porto, no valor de 497 833.96 € (quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e três euros e noventa e seis cêntimos), resultante do acerto do saldo final relativo ao projeto Porto Digital n.º 001/8.1/C/NOR. Este montante que foi formalmente reclamado em 25 de Junho 2012 foi reembolsado pela CMP em 21 de Agosto 2013.

### Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Associação Porto Digital informou a segurança social e as finanças de que a sua conta bancária tinha sido penhorada pelo Grupo DST em 11 de Agosto de 2014 e que por essa razão de momento, enquanto o processo de oposição à penhora e à execução estivesse a ser analisado pelos tribunais, não estava a conseguir pagar salários, evitando desta forma que se acumulassem dívidas às finanças e à segurança social.



## Conclusão

Estando concluído o projeto Porto Digital a APD iniciou o desenvolvimento de novos projetos com a Câmara Municipal do Porto (DMSI, DMEJ, DMFP, DMC, DMT, GEP), com a SRU (Morro da Sé e Mouzinho Flores), e com a Área Metropolitana do Porto (iPorto e áreas da educação, ambiente e turismo).

A componente de telecomunicações da APD foi autonomizada no início de 2009, o processo falhou por responsabilidade do parceiro privado seleccionado, tendo em 2011 a APD retomado o controlo e o desenvolvimento deste projeto da criação na cidade do Porto de um operador neutro de telecomunicações. No âmbito das sanções contratuais aplicadas à sociedade PDONT por incumprimento dos prazos de execução do projeto foi emitida à PDONT a nota de débito nº 107 no montante de 4.272.624,96 € (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro euros e noventa e seis centimos), estando a APD a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento. Tendo em atenção o princípio da prudência foi reconhecida uma imparidade de crédito sobre a empresa PDONT, SA, devido ao litígio sobre a anulação desta sanção contratual (ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPR1).

A justificação para o montante avultado do resultado líquido negativo do exercício de 2013 (831 790,97 €) é a combinação dos encargos jurídicos do contencioso com o Grupo DST (as custas de 2013 do processo no Tribunal Arbitral ascenderam a 213 005,59 €) e a componente de juros de mora (497 594,26 €) para o período de Janeiro 2012 até 31 de Dezembro 2013 associados à provisão de 3.093.674,63 do processo judicial no Tribunal Arbitral (tendo a APD em 30 de Junho 2014 solicitado a anulação da decisão arbitral por incompetência do Tribunal Arbitral).

Neste momento está-se a procurar fontes alternativas e complementares de financiamento que permitam à Associação Porto Digital reforçar a capacidade de actuação durante 2014 e 2015 de modo a permitir equilibrar a situação económico-financeira da APD.

## Proposta de Aplicação de Resultados

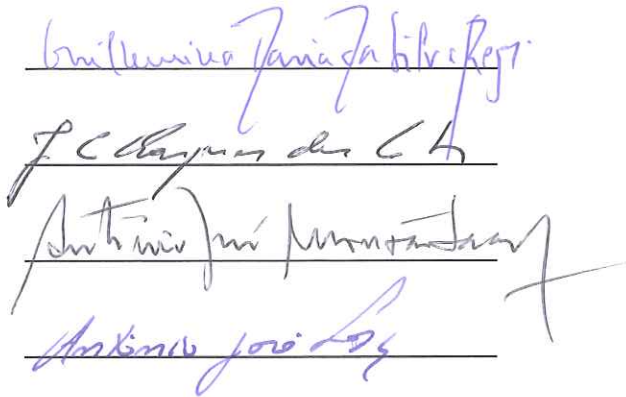
O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 831 790,97 €, tenha a seguinte aplicação:

- Para *Resultados Transitados* o montante de -831 790,97 € (oitocentos e trinta e um mil setecentos e noventa euros e noventa e sete centimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

Porto, 16 de Outubro de 2014

O Conselho de Administração



## Anexo — Órgãos Sociais da Associação Porto Digital

### Mesa de Assembleia Geral:

- Presidente: Eng. José António Ferreira de Barros
- Primeiro Secretário: Prof. Doutor Álvaro Pinto Coelho de Aguiar
- Segundo Secretário: Dra. Maria Inês Taveira Avides Moreira

### Conselho de Administração:

- Presidente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Guilhermina Maria da Silva Rego
- Vogal: Prof. Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos
- Vogal: Eng. Jorge Pedro Moreira Renda dos Reis
- Vogal: Eng. António José Lacerda
- Vogal: Dr. António José Lopes

### Conselho Fiscal:

- Presidente: Dra. Ana Maria Gomes Carvalho Teixeira
- Vogal: Dr. Serafim José Neves Correia
- Vogal: C&R Ribas Pacheco, SROC através do seu representante legal Dr. Cândido Avelino Ribas Pacheco, e ROC suplente Dr. Rodrigo Bruno de Magalhães Ribas Pacheco



Demonstração das alterações no fundo patrimonial no período 2013

DESCRIÇÃO	Fundo patrimonial atribuído aos detentores de capital da empresa											Total	Interesses minoritários	Total do fundo patrimonial
	NOTAS	Prêmios de subscrição e custos de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outros valores no fundo patrimonial	Resultado líquido do período					
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	6	45.000,00	0,00	0,00	15.686,27	542.421,01	0,00	0,00	708.590,93	112.192,90	1.423.901,11	0,00	1.423.901,11	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Alterações de políticas contabilísticas											0,00		0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0,00		0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0,00		0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00		0,00	
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial						29.235,30			-225.290,99	-112.192,90	-308.248,59		-308.248,59	
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	29.235,30	0,00	0,00	-225.290,99	-112.192,90	-308.248,59	0,00	-308.248,59	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8									-831.790,97	-831.790,97		-831.790,97	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8									-943.983,87	-1.140.039,56	0,00	-1.140.039,56	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital		15.000,00									15.000,00		15.000,00	
Realizações de prémios de emissão											0,00		0,00	
Distribuições											0,00		0,00	
Entradas para cobertura de perdas											0,00		0,00	
Outras operações											0,00		0,00	
	10	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013</b>	6+7+8+10	60.000,00	0,00	0,00	15.686,27	571.656,31	0,00	0,00	483.299,94	-831.790,97	298.861,55	0,00	298.861,55	

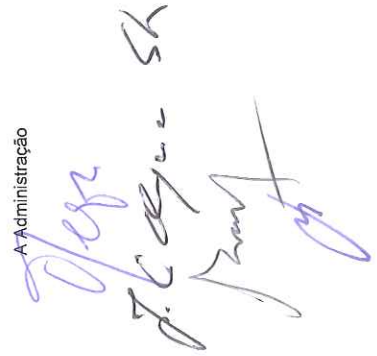
A Administração

O Técnico Oficial de Contas

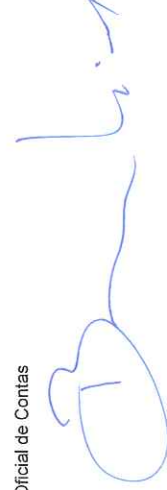
## Demonstração das alterações no fundo patrimonial no período 2012

DESIGNAÇÃO	Fundo patrimonial atribuído aos detentores do capital da empresa											Total	Incréscos minoritários	Total do fundo patrimonial		
	NOTAS	Fundo realizado	Ações (quotas) próprias	Reservas de emissão	Premios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outros variações no fundo patrimonial				Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	479.034,86	0,00	0,00	934.070,29	145.184,06	1.616.985,48	0,00	1.616.985,48	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Alterações de políticas contabilísticas														0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos														0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial								63.386,15			-225.479,36	-145.184,06	-307.277,27	0,00		0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63.386,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-225.479,36</b>	<b>-145.184,06</b>	<b>-307.277,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-307.277,27</b>
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>3</b>											112.192,90	112.192,90			112.192,90
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	<b>4=2+3</b>											-32.991,16	-195.084,37	0,00		-195.084,37
Realizações de capital														0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão														0,00		0,00
Distribuições														0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00		0,00
Outras operações														0,00		0,00
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>	<b>5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>6=1+2-3+5</b>	<b>45.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.696,27</b>	<b>542.421,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>708.590,93</b>	<b>112.192,90</b>	<b>1.423.901,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.423.901,11</b>

A Administração



O Técnico Oficial de Contas





Moeda: Euros  
 Contribuinte: 506838730

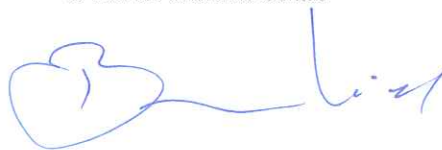
**Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)**

Rubricas	Notas	2013	2012
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes		474.779,83	181.387,20
Pagamentos a Fornecedores		-404.686,00	-581.940,85
Pagamentos ao Pessoal		-393.247,44	-543.955,26
Caixa geradas pelas operações		-323.153,61	-944.508,91
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		502.048,90	1.260.083,32
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>178.895,29</b>	<b>315.574,41</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-274.034,70	-263.989,61
Activos Intangíveis		-1.486,11	-1.315,45
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-275.520,81</b>	<b>-265.305,06</b>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>-275.520,81</b>	<b>-265.305,06</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		105.000,00	480.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>105.000,00</b>	<b>480.000,00</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-100.000,00	-400.000,00
Juros e gastos similares		-25.861,06	-31.570,99
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-125.861,06</b>	<b>-431.570,99</b>
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>-20.861,06</b>	<b>48.429,01</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>-117.486,58</b>	<b>98.698,36</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		132.418,01	33.719,65
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>14.931,43</b>	<b>132.418,01</b>

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

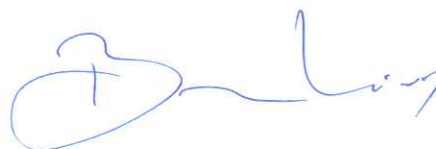
### Balanço

Rubricas	Notas	2013	2012
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	4.369.781,27	1.385.244,30
Ativos Intangíveis	6	4.377,02	2.220,41
Subtotal		4.374.158,29	1.387.464,71
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	14	85.556,82	529.894,41
Outras contas a receber	14	19.440,06	90.982,12
Diferimentos	14	24.808,94	4.056,20
Caixa e depósitos bancários	4/14	14.931,43	132.418,01
Subtotal		144.737,25	757.350,74
Total do ativo		4.518.895,54	2.144.815,45
<b>FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO</b>			
<b>Fundo patrimonial</b>			
Fundo realizado	14	60.000,00	45.000,00
Outras reservas	14	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	14	571.656,31	542.421,01
Outras variações de fundo patrimonial	11	483.299,94	708.590,93
Subtotal		1.130.652,52	1.311.708,21
Resultado líquido do exercício		-831.790,97	112.192,90
Total do fundo patrimonial		298.861,55	1.423.901,11
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	3.591.268,89	0,00
Subtotal		3.591.268,89	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	83.482,00	80.509,41
Estado e outros entes públicos	14	10.603,11	47.246,28
Financiamentos obtidos	14	400.000,00	395.000,00
Outras contas a pagar	14	131.545,43	195.032,68
Diferimentos	14	3.134,56	3.125,97
Subtotal		628.765,10	720.914,34
Total do Passivo		4.220.033,99	720.914,34
Total do fundo patrimonial e do passivo		4.518.895,54	2.144.815,45

A Administração



O Técnico oficial de contas

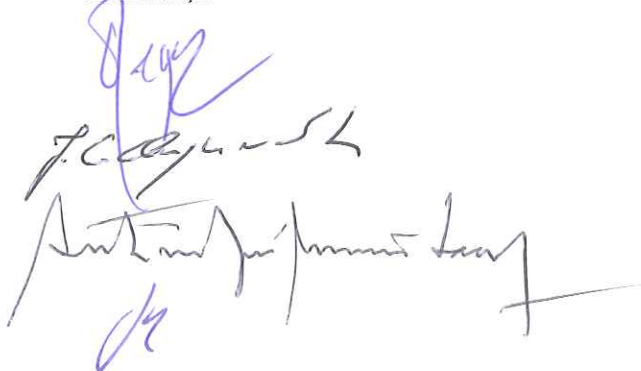


Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730


Demonstração de resultados por naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	10	392.169,56	409.155,00
75		Subsídios à exploração		116.305,22	806.221,35
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-425.360,63	-457.891,27
	63	Gastos com pessoal	15	-391.100,80	-534.423,34
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10.000,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	9	-497.594,26	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos	11	344.671,50	290.418,49
	69-685+69..	Outros gastos e perdas		-13.746,11	-12.410,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				-464.655,52	501.069,81
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-341.274,39	-357.305,92
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				-805.929,91	143.763,89
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		-25.861,06	-31.570,99
Resultado antes de impostos				-831.790,97	112.192,90
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período				-831.790,97	112.192,90

A Administração



O Técnico oficial de contas





**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**Designação da entidade**

Associação Porto Digital

**Sede**

Rua das Flores, 152, no Porto

**NIPC**

506838730

**Natureza da atividade**

A Associação Porto Digital (APD) foi constituída em 22 de Novembro de 2004, com o objetivo de “promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos.”

O Projeto Porto Digital 001/8.1/C/NOR foi o primeiro projeto coordenado e parcialmente executado pela APD (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foram consideradas elegíveis). Esteve em execução de 2005 a 2009, englobando seis categorias de subprojetos:

- INF - Subprojetos de Infraestrutura – para fornecimento dos serviços básicos do Porto Digital. Incluiu a criação de uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica e a criação de um data center.
- DIN - Subprojetos de Dinamização - incluiu a produção e disponibilização de conteúdos didáticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Subprojeto de Acessibilidades - colocou em locais emblemáticos da cidade do Porto pontos de acesso gratuito à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Subprojectos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a desmaterialização de processos, e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Subprojetos sectoriais - que representaram uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia, do imobiliário e da cultura. Pretendeu-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de ações de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atração do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO Subprojeto de Acompanhamento e Gestão - que permitiu coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objetivos propostos fossem atingidos.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

**Todos os valores apresentados estão expressos em euros**

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e demais legislação complementar bem como pelo Decreto-Lei n.º 36- A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo, as demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

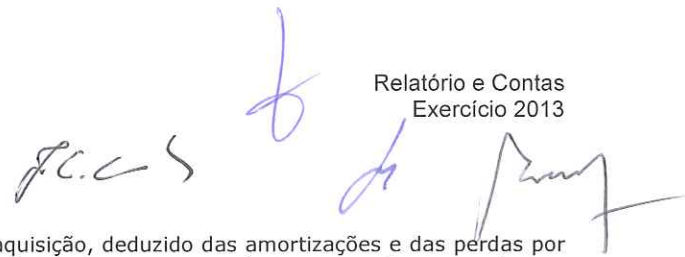
Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com o período anterior.

**3. Principais políticas contabilísticas**

**3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



### 3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

### 3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	N.º de Anos	Taxa de Amortização
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10	10%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5	20%
Computadores	3	33%
Aparelhos telemóveis	5	20%
Mobiliário	8	13%

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

### 3.4 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Não aplicável.

### 3.5 LOCAÇÕES


Não aplicável.

### 3.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que incorreram.







### 3.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

### 3.8 IMPARIDADE DE ATIVOS

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.9 CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

### 3.10 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

### 3.11 EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

### 3.12 AGRICULTURA

Não aplicável.

### 3.13 INVENTÁRIOS

Não aplicável.

### 3.14 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

### 3.15 RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

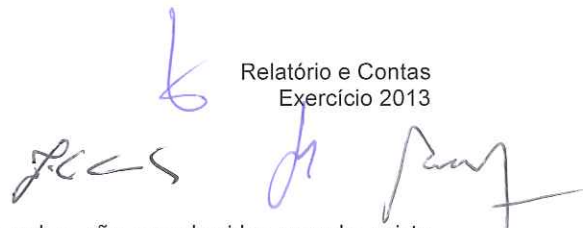
### 3.16 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.





### 3.17 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

### 3.18 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

### 3.19 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável.

### 3.20 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

### 3.21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente.

#### Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

#### Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

### 3.22 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

#### Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

#### Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

#### 4. Fluxos de caixa

Todos os meios existentes em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

Quantia escriturada e movimentos do período	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Caixa	147,16	400,00	459,23	87,93
Depósitos à ordem	132.270,85	1.361.289,62	1.478.716,97	14.843,50
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>132.418,01</b>	<b>1.361.689,62</b>	<b>1.479.176,20</b>	<b>14.931,43</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

#### 5. Partes relacionadas

##### 5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A Administração não é remunerada contudo consideramos importante informar as remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

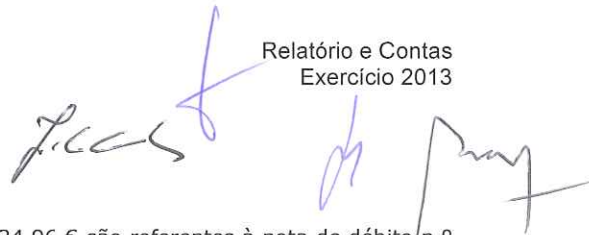
Remunerações em 2013	Gerência/Cons. Administração	Fiscal Único/Cons. Fiscal	Assembleia Geral	Total
Vencimentos e Subsídio de férias	44.720,00			44.720,00
Subsídio de Natal	3.440,00			3.440,00
<b>Total</b>	<b>48.160,00</b>			<b>48.160,00</b>

##### 5.2 Transações entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, a Associação detinha os seguintes participações em Entidades associadas:

Entidades associadas	Sede	% Participação 2013
PDONT, SA	Porto	51,00%

*Handwritten signature in blue ink.*



**Transações e saldos pendentes entre associadas:**

- i) Quantia das transações: 0,00 €
- ii) Quantia dos saldos pendentes: 4.355.582,56 €. Sendo que 4.272.624,96 € são referentes à nota de débito n.º 107 emitida à PDONT em 2010 (sanção por incumprimento contratual) e que a APD está a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Contas a receber	2013	2012
Entidades associadas	4.355.582,56	4.355.582,56
<b>Total</b>	<b>4.355.582,56</b>	<b>4.355.582,56</b>

**6. Ativos intangíveis**

Ver nota 3.

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Marcas e Licenças	Projetos de desenvolvimento	Total
<b>1 de Janeiro de 2013</b>			
Custo	6.223,08	100.954,29	107.177,37
Amortização acumulada e imparidade	4.002,67	100.954,29	104.956,96
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.220,41</b>	<b>0</b>	<b>2.220,41</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2013	2.220,41	0	2.220,41
Adições	5.722,35	0	5.722,35
Amortizações do exercício	3.565,74	0	3.565,74
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.377,02</b>	<b>0</b>	<b>4.377,02</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>			
Custo	11.945,43	100.954,29	112.899,72
Amortização acumulada e imparidade	7.568,41	100.954,29	108.522,70
<b>Valor Líquido</b>	<b>4.377,02</b>	<b>0</b>	<b>4.377,02</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	2.433,93	0	2.433,93
Adições	2.211,29	0	2.211,29
Amortização do exercício	2.424,81	0	2.424,81
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>2.220,41</b>	<b>0</b>	<b>2.220,41</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>			
Custo	6.223,08	100.954,29	107.177,37
Amortização acumulada e imparidade	4.002,67	100.954,29	104.956,96
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.220,41</b>	<b>0</b>	<b>2.220,41</b>

**7. Ativos fixos tangíveis**

Ver nota 3.

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respetivo bem entrou em funcionamento.





Apresenta-se um quadro resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis:

Ativos Fixos Tangíveis	Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2013</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366,25	5.494.910,40	72.033,80	5.976,51	5.911.286,96
Depreciação acumulada	227.506,57	4.248.306,44	61.621,12	5.492,53	4.542.926,66
<b>Valor Líquido</b>	<b>110.859,68</b>	<b>1.246.603,96</b>	<b>10.412,68</b>	<b>483,98</b>	<b>1.368.360,30</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2013	110.859,68	1.246.603,96	10.412,68	483,98	1.368.360,30
Aquisições ou reavaliações	0	3.322.204,98	40,64	0	3.322.245,62
Transferências					0
Depreciação do exercício	32.159,14	298.764,79	6.641,93	142,79	337.708,65
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>78.700,54</b>	<b>4.270.044,15</b>	<b>3.811,39</b>	<b>341,19</b>	<b>4.352.897,27</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366,25	8.817.115,38	72.074,44	5.976,51	9.233.532,58
Depreciação acumulada	259.665,71	4.547.071,23	68.263,05	5.635,32	4.880.635,31
<b>Valor Líquido</b>	<b>78.700,54</b>	<b>4.270.044,15</b>	<b>3.811,39</b>	<b>341,19</b>	<b>4.352.897,27</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	143.018,82	1.366.126,90	16.405,17	1.047,05	1.526.597,94
Aquisições	0	153.937,07	804,65	0	154.741,72
Transferências	0	50.027,93	0	0	50.027,93
Depreciação do exercício	32.159,14	323.487,94	6.797,14	563,07	363.007,29
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>110.859,68</b>	<b>1.246.603,96</b>	<b>10.412,68</b>	<b>483,98</b>	<b>1.368.360,30</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366,25	5.494.910,40	72.033,80	5.976,51	5.911.286,96
Depreciação acumulada	227.506,57	4.248.306,44	61.621,12	5.492,53	4.542.926,66
<b>Valor Líquido</b>	<b>110.859,68</b>	<b>1.246.603,96</b>	<b>10.412,68</b>	<b>483,98</b>	<b>1.368.360,30</b>

### 7.1. Ativos fixos tangíveis em curso

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em curso, bem como as respetivas transferências para ativo fixo tangível, foi o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2013</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884,00	0	0	16.884,00
Depreciação acumulada					0
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2013	0	16.884,00	0	0	16.884,00
Aquisições					0
Transferências					0
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884,00	0	0	16.884,00
Depreciação acumulada					0
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	0	16.884,00	0	0	16.884,00
Aquisições	0	50.027,93	0	0	50.027,93
Transferências	0	50.027,93	0	0	50.027,93
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884,00	0	0	16.884,00
Depreciação acumulada					0
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884,00</b>

## 8. Associadas

Em 31 de Dezembro de 2013 a Associação Porto Digital detém uma participação de 51% (25.500,00 €) na firma Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, S.A. fundada em Fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

A Associação Porto Digital exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada Porto Digital - Operador Neutro de Telecomunicações, S.A., do qual resultaram rendimentos contingentes a favor da Associação Porto Digital no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT, SA interpôs uma ação administrativa especial para anular a sanção contratual.

## 9. Provisão

À data do balanço, foi reconhecida uma provisão para processos judiciais em curso, no valor estimado de 3.093.674,63 € e dos respectivos juros de mora no montante de 497.594,26 €, dado que se verificam todas as condições previstas no parágrafo 13 da "NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", decorrente da ação colocada no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto pelo Grupo DST em 30 de Dezembro de 2011 contra a Associação Porto Digital.

Uma vez que não é possível efetuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho dos outros processos ainda em curso e nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 21, a Associação Porto Digital não reconheceu qualquer outra provisão para o efeito.

A seguir identificam-se todos os processos existentes contra a APD:

- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objetivo evitar o pagamento da sanção contratual de 4.272.624,96 euros (pendente);

- Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);

- Ação colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);

- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (encontra-se à espera do resultado do processo colocado no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto);

- Ação colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tinha como objetivo responsabilizar a APD pelo falhanço do projeto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos (sentença de 3.093.674,63 € a favor do Grupo DST, a APD em 30 de Junho 2014 colocou no Tribunal Judicial de Braga uma ação declarativa a pedir a anulação da decisão arbitral e seguidamente colocou no Tribunal Judicial do Porto uma oposição à penhora e à execução cumulada com incidente de prestação de caução, cf. artigos 27.º, 28.º e 31.º da Lei n.º 31/86 de 28 de Agosto, tendo como fundamento de tal anulação a incompetência do Tribunal Arbitral, ao abrigo do preceituado no artigo 27.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 31/86);

- Ação colocada em 2012 pelo Grupo DST contra o diretor geral da APD por "ofensa a pessoa coletiva", processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto (sentença a favor do diretor geral da APD).

## 10. Rédito

Ver Nota 3.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	2013	2012
Vendas de Bens		
Prestação de Serviços	392.169,56	409.155,00
Juros		
Royalties		
Dividendos		

A rubrica de «Prestações de Serviços» corresponde ao valor das Quotas dos Associados e a serviços prestados, sendo o valor global de EUR 392.170.

## 11. Subsídios do Governo e apoios do governo

Ver Nota 3.

A rubrica *Subsídios no Fundo Patrimonial (59,3)* regista um saldo credor de 483.299,94 €, que corresponde ao subsídio recebido para Investimento, na parte que ainda não se encontra amortizado. Este saldo irá esgotar-se à medida que forem sendo consideradas as respetivas amortizações que pela sua variação são de 225.290,99 €, também contabilizadas na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de Subsídios para Investimento.

## 12. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Maio de 2014.

Resolução, após a data do balanço, de um processo judicial que diz que a Associação Porto Digital tinha uma obrigação presente à data do balanço.

Ver Nota 9.

## 13. Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

## 14. Instrumentos financeiros

### Políticas contabilísticas

Ver Nota 3.



#### 14.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar / PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de «Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2013	2012
<b>ATIVO</b>		
Clientes	85.556,82	529.894,41
Outras Contas a Receber	4.375.022,62	4.373.607,08
Imparidade das Contas a Receber	-4.355.582,56	-4.282.624,96
<b>Total do ativo</b>	<b>104.996,88</b>	<b>620.876,53</b>
<b>PASSIVO</b>		
Fornecedores	83.482,00	80.509,41
Pessoal	13.661,17	0
Outras Contas a Pagar	117.884,26	195.032,68
<b>Total do passivo</b>	<b>215.027,43</b>	<b>275.542,09</b>

#### 14.2 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de «Estado e Outros Entes Públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	2013	2012
<b>PASSIVO</b>		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.332,75	4.645,14
Imposto sobre o valor acrescentado	33,45	35.029,73
Contribuições para a segurança social	6.236,91	7.571,41
Outras tributações		
<b>Total</b>	<b>10.603,11</b>	<b>47.246,28</b>

#### 14.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2013	2012
<b>ATIVO</b>		
Seguros liquidados	3.885,89	304,58
Outros gastos a reconhecer	20.923,05	3.751,62
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>24.808,94</b>	<b>4.056,20</b>
<b>PASSIVO</b>		
Outros rendimentos a reconhecer	3.134,56	3.125,97
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>3.134,56</b>	<b>3.125,97</b>

#### 14.4 Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de «Caixa e Depósitos Bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	2013	2012
<b>ATIVO</b>		
Caixa	87,93	147,16
Depósitos à ordem	14.843,50	132.270,85
<b>Total</b>	<b>14.931,43</b>	<b>132.418,01</b>

#### 14.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de «Financiamentos Obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2013	2012
Empréstimos Bancários Correntes	400.000,00	395.000,00
Acções preferenciais remíveis		
<b>Total</b>	<b>400.000,00</b>	<b>395.000,00</b>

#### 14.6 Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de «Fundo Patrimonial» apresentava a seguinte decomposição:

Fundo patrimonial	2013	2012
Fundo realizado	60.000,00	45.000,00
Outras reservas	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	571.656,31	542.421,01
Outras variações no capital próprio	483.299,94	708.590,93
<b>Total</b>	<b>1.130.652,52</b>	<b>1.311.708,21</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 60.000,00 euros.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto \_\_\_\_\_ 25,00%
- Universidade do Porto \_\_\_\_\_ 25,00%
- Associação Empresarial Portugal \_\_\_\_\_ 25,00%
- Metro do Porto, SA \_\_\_\_\_ 25,00%

A rubrica de «Resultados transitados» reflete as movimentações contabilísticas realizadas pela adoção do SNC, a opção de um reforço de imparidade com clientes de cobrança duvidosa no valor de 82.957,60 € e o resultado dos exercícios anteriores não aplicados.

#### 15. Benefício dos empregados

Ver Nota 3.

#### Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

Gastos com pessoal	2013	2012
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>391.100,80</b>	<b>534.423,34</b>
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>320.281,31</b>	<b>432.773,14</b>
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios, dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações		7.909,50
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>66.922,78</b>	<b>87.428,71</b>
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.526,63	5.953,90
Gastos de acção social	370,08	286,09
<b>Outros gastos com pessoal</b>		<b>72,00</b>
Dos quais: Gastos com formação		72,00

## 16. Outras informações

### Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

### Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Artigo 208.º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### Operações que não estejam incluídas no balanço

Não se registaram operações que não estejam incluídas no balanço.

### Revisor Oficial de Contas

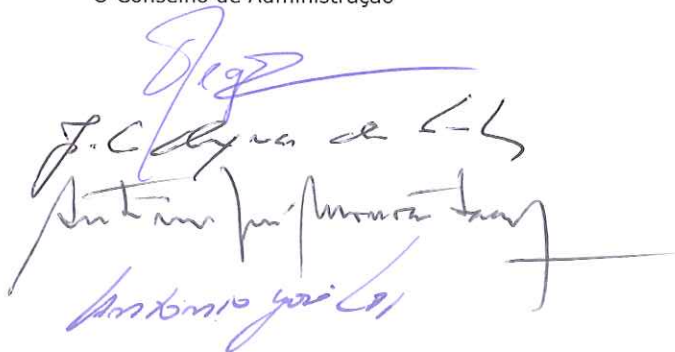
Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas referentes ao presente exercício foram de 6.600,00 euros (valor sem IVA).

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não prestou serviços de garantia de fiabilidade, de consultoria fiscal ou quaisquer outros.

Porto, 16 de outubro de 2014

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



J. C. Almeida de L. L.  
Presidente do Conselho de Administração

